

SUMÁRIO

PARTE I

TEORIA GERAL DO DIREITO DAS VÍTIMAS E DE VITIMOLOGIA

CAPÍTULO I – VITIMOLOGIA.....	35
1. BREVES NOÇÕES GERAIS SOBRE VITIMOLOGIA.....	35
2. CONCEITO DE VÍTIMA.....	36
3. CLASSIFICAÇÃO DAS VÍTIMAS.....	38
3.1. Classificação de Benjamim Mendelsohn.....	38
3.2. Classificação de Hans von Hentig.....	39
3.3. Classificação geral.....	39
3.4. Classificação adotada pela Resolução nº 243/2021 do CNMP (art. 3º).....	39
3.4.1. Vítima direta (art. 3º, I, Resolução 243/2021 CNMP).....	40
3.4.2. Vítima indireta (art. 3º, II, Resolução 243/2021 CNMP).....	40
3.4.3. Vítima de especial vulnerabilidade (art. 3º, III e § 2º, Resolução 243/2021 CNMP).....	40
3.4.4. Vítima coletiva (art. 3º, IV e § 1º, Resolução 243/2021 CNMP).....	41
3.4.5. Familiares e pessoas economicamente dependentes da vítima (art. 3º, V, Resolução 243/2021 CNMP).....	41
4. PROCESSOS DE VITIMIZAÇÃO.....	42
4.1. Classificação tradicional.....	43
4.1.1. Vitimização primária.....	43
4.1.2. Vitimização secundária ou revitimização ou sobrevivitização.....	43
4.1.3. Vitimização terciária.....	45
4.1.4. Vitimização quaternária.....	45
4.2. Vitimização direta e vitimização indireta.....	46
5. SÍNDROMES RELACIONADAS À VITIMIZAÇÃO.....	48

5.1.	Síndrome de Estocolmo	48
5.2.	Síndrome de Lima.....	49
5.3.	Síndrome de Londres.....	49
5.4.	Síndrome da Mulher de Potifar.....	49
5.5.	Síndrome de Barbie.....	50
5.6.	Síndrome do Desamparo Aprendido.....	50
5.7.	Síndrome da Mulher Maltratada	51
5.8.	Síndrome da Gaiola de Ouro.....	51
5.9.	Síndrome de Oslo.....	51
6.	CIFRAS DA CRIMINALIDADE.....	51
6.1.	Cifra negra.....	52
6.2.	Cifra dourada	53
6.3.	Cifra cinza.....	53
6.4.	Cifra amarela.....	53
6.5.	Cifra verde.....	54
6.6.	Cifra rosa	54
6.7.	Cifra azul.....	54
6.8.	Cifra branca.....	54
6.9.	Cifra vermelha	54
7.	ATUAÇÃO PREVENTIVA DO ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS.....	55
8.	QUADRO SINÓTICO.....	57

CAPÍTULO II – GARANTISMO PENAL INTEGRAL E TUTELA AOS DIREITOS DAS VÍTIMAS..... 65

1.	NOÇÕES GERAIS SOBRE GARANTISMO PENAL.....	65
2.	GARANTISMO PENAL INTEGRAL.....	68
3.	A TUTELA AOS DIREITOS DAS VÍTIMAS NO GARANTISMO PENAL INTEGRAL.....	75
4.	QUADRO SINÓTICO.....	81

CAPÍTULO III – A TUTELA PENAL COLETIVA, O PROCESSO PENAL COLETIVO E A VÍTIMA COLETIVA 83

1.	A TUTELA PENAL COLETIVA E O PROCESSO PENAL COLETIVO.....	83
2.	A VÍTIMA COLETIVA NA RESOLUÇÃO Nº 243/2021 DO CNMP.....	89
3.	QUADRO SINÓTICO.....	89

CAPÍTULO IV – JUSTIÇA RESTAURATIVA..... 91

1.	BREVES NOÇÕES SOBRE A JUSTIÇA RESTAURATIVA.....	91
----	---	----

2. JUSTIÇA PENAL CONSENSUAL (OU NEGOCIADA OU PACTUADA).....	94
3. RESOLUÇÃO 225/2016 DO CNJ (JUSTIÇA RESTAURATIVA).....	96
4. RESOLUÇÕES 118/2014 (AUTOCOMPOSIÇÃO) E 243/2021 (JUSTIÇA RESTAURATIVA) DO CNMP.....	98
5. QUADRO SINÓTICO.....	100

CAPÍTULO V – TUTELA AOS DIREITOS DAS VÍTIMAS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL..103

1. TUTELA AOS DIREITOS DAS VÍTIMAS NO ART. 5º DA CF	103
1.1. Direito à vida (art. 5º, <i>caput</i> , CF)	103
1.2. Direito à liberdade (art. 5º, <i>caput</i> , CF).....	104
1.3. Direito à igualdade (art. 5º, <i>caput</i> , CF)	104
1.4. Direito à segurança (art. 5º, <i>caput</i> , CF)	105
1.5. Direito à propriedade (art. 5º, <i>caput</i> , CF).....	106
1.6. Proibição da tortura ou de qualquer outro tratamento desumano ou degradante (art. 5º, III, CF).....	107
1.7. Intimidade, vida privada, honra e imagem (art. 5º, X, CF).....	107
1.8. Ampla defesa da vítima (art. 5º, LV, CF).....	108
2. TUTELA AOS DIREITOS DAS VÍTIMAS EM OUTROS DISPOSITIVOS DA CF	110
3. CLÁUSULA DE ABERTURA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS (ART. 5º, §§ 2º E 3º, CF) E ROL NÃO TAXATIVO	111
4. FUNDO NACIONAL DE PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS DE CRIMES (ART. 245 CF)	112
5. QUADRO SINÓTICO.....	115

CAPÍTULO VI – DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS VÍTIMAS EM ESPÉCIE 119

1. ROL NÃO TAXATIVO DOS DIREITOS DAS VÍTIMAS.....	119
2. DIREITO À INFORMAÇÃO E À COMUNICAÇÃO	120
3. DIREITO À VERDADE.....	122
4. DIREITO À JUSTIÇA.....	125
5. DIREITO À DEVIDA DILIGÊNCIA.....	127
6. DIREITO A APOIO	128
7. DIREITO À SEGURANÇA.....	130
8. DIREITO À PROTEÇÃO FÍSICA.....	131
9. DIREITO À PROTEÇÃO PATRIMONIAL	132
10. DIREITO À PROTEÇÃO PSICOLÓGICA	134
11. DIREITO À PROTEÇÃO DOCUMENTAL (INCLUSIVE DE DADOS PESSOAIS)	136
12. DIREITO DE PARTICIPAÇÃO	137

13. DIREITO À REPARAÇÃO DOS DANOS MATERIAIS, PSICOLÓGICOS E MORAIS E À REPARAÇÃO SIMBÓLICA.....	140
14. DIREITO A TRATAMENTO PROFISSIONAL INDIVIDUALIZADO E NÃO DISCRIMINATÓRIO.....	144
15. QUADRO SINÓTICO.....	146

PARTE II

INSTRUMENTOS PENAIS E PROCESSUAIS PENAIS DE TUTELA AOS DIREITOS DAS VÍTIMAS EM ESPÉCIE

CAPÍTULO VII – INSTRUMENTOS DE TUTELA AOS DIREITOS DAS VÍTIMAS NO CÓDIGO PENAL E NA LEI DE EXECUÇÃO PENAL..... 155

1. INSTRUMENTOS DE TUTELA AOS DIREITOS DAS VÍTIMAS NO CÓDIGO PENAL.....	155
1.1. Mandados de criminalização.....	155
1.2. Pena de prestação pecuniária (arts. 43, I, e 45, §§ 1º e 2º, CP)	157
1.3. Efeito genérico da condenação de tornar certa a obrigação de indenizar (art. 91, I, CP)	157
1.4. Outras previsões referentes à reparação do dano.....	158
1.5. Termo inicial da prescrição da pretensão punitiva em abstrato nos crimes contra a dignidade sexual ou que envolvam violência contra crianças e adolescentes (art. 111, V, CP)	159
1.6. Não incidência de circunstância atenuante (art. 65, I, CP) e de redução dos prazos de prescrição pela metade (art. 115 CP) para menores de 21 anos e maiores de 70 anos se o crime envolver violência sexual contra a mulher.....	159
1.7. Ação penal nos crimes de ameaça cometidos contra a mulher por razões da condição do sexo feminino (art. 147, §§ 1º e 2º, CP).....	160
1.8. Ação penal nos crimes de perseguição (art. 147-A, § 3º, CP).....	160
1.9. Ação penal nos crimes de estelionato (art. 171, § 5º, CP).....	161
1.10. Crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência (art. 338-A CP).....	163
2. INSTRUMENTOS DE TUTELA AOS DIREITOS DAS VÍTIMAS NA LEI DE EXECUÇÃO PENAL.....	166
3. QUADRO SINÓTICO.....	167

CAPÍTULO VIII – INSTRUMENTOS DE TUTELA AOS DIREITOS DAS VÍTIMAS NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL..... 171

1. INSTRUMENTOS DE TUTELA AOS DIREITOS DAS VÍTIMAS NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.....	171
2. NOTITIA CRIMINIS OU NOTÍCIA DO CRIME OU NOTÍCIA DO FATO (ART. 5º, II, CPP)....	171
2.1. Noções gerais	171

2.2. Requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo (art. 5º, II, CPP).....	173
3. PODER DE REQUERIMENTO DE DILIGÊNCIAS NA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL (ART. 14 CPP).....	174
4. DESTINO DO INQUÉRITO POLICIAL EM CRIME DE AÇÃO PENAL PRIVADA (ART. 19 CPP).....	175
5. DIREITO DE INTIMAÇÃO E PODER DE REVISÃO MINISTERIAL CONTRA O ATO DE ARQUIVAMENTO DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL (ART. 28 CPP).....	176
5.1. Arquivamento da investigação criminal na sistemática advinda da interpretação conforme a Constituição do art. 28, <i>caput</i> e § 1º, do CPP realizada pelo STF nas ADIs ajuizadas contra o “Pacote Anticrime” (6.298, 6.299, 6.300 e 6.305).....	176
5.1.1. Noções gerais.....	176
5.1.2. Providência a cargo do Ministério Público e requisitos.....	178
5.1.3. Vedação ao arquivamento implícito.....	179
5.1.4. Desnecessidade de decisão judicial homologatória da manifestação do Ministério Público de arquivamento do inquérito.....	179
5.1.5. Inexistência de revisão automática pelo órgão ministerial superior.....	180
5.1.6. Controle do arquivamento do inquérito policial e de peças de informação por órgão interno do próprio Ministério Público (art. 28, caput , CPP).....	181
5.1.7. Instância de revisão ministerial.....	182
5.2. Comunicação do arquivamento à vítima (art. 28, <i>caput</i> , CPP).....	183
5.3. Submissão do arquivamento pela vítima ou seu representante legal à instância de revisão ministerial (art. 28, § 1º, CPP).....	184
5.4. Mandado de segurança em matéria criminal impetrado pelo ofendido contra o arquivamento.....	185
5.5. Revisão do arquivamento em crimes praticados em detrimento da União, Estados e Municípios (art. 28, § 2º, CPP).....	186
5.6. Arquivamento provisório.....	187
5.7. Arquivamento originário.....	187
6. REPRESENTAÇÃO DO OFENDIDO (ART. 24 CPP).....	188
7. ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL (ART. 28-A CPP).....	198
7.1. Noções gerais.....	198
7.2. Condição de reparação do dano ou restituir a coisa à vítima (art. 28-A, I, CPP).....	200
7.3. Intimação da vítima da homologação do acordo e de seu descumprimento (art. 28-A, § 9º, CPP).....	202
8. AÇÃO PENAL PRIVADA SUBSIDIÁRIA DA PÚBLICA OU SUPLETIVA (ART. 29 CPP E ART. 5º, LIX, CF).....	202
9. QUEIXA-CRIME (ART. 30 CPP).....	207
9.1. Noções gerais.....	207
9.2. Legitimidade ativa.....	207
9.3. Requisitos para a elaboração da queixa-crime (arts. 41 e 44 CPP).....	208
9.4. Prazo para oferecimento da queixa-crime (art. 38 CPP).....	212

10. AÇÃO CIVIL <i>EX DELICTO</i> (ARTS. 63 A 68 CPP)	215
10.1. Noções gerais	215
10.2. Ação de execução <i>ex delicto</i> (art. 63 CPP)	216
10.3. Ação civil de conhecimento <i>ex delicto</i> (art. 64 CPP)	219
10.4. Excludentes de ilicitude (art. 65 CPP)	221
10.5. Causas que possibilitam a ação civil indenizatória (arts. 66 e 67 CPP)	222
10.6. Legitimidades ativa e passiva para a ação civil <i>ex delicto</i>	226
10.7. Competência na ação civil <i>ex delicto</i>	227
10.8. Prazo prescricional	228
11. MEDIDAS ASSECURATÓRIAS (ARTS. 125 A 144 CPP)	229
11.1. Noções gerais	229
11.2. Sequestro (arts. 125 a 133-A CPP)	229
11.3. Hipoteca legal (arts. 134 e 135 CPP)	231
11.4. Arresto (arts. 136 a 144 CPP)	234
12. A PARTICIPAÇÃO DA VÍTIMA NA INSTRUÇÃO CRIMINAL DO PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO	236
12.1. Noções gerais	236
12.2. Formulação de quesitos e indicação de assistente técnico (art. 159, § 3º, CPP)	236
12.3. Requerimento de realização de exame complementar em crimes de lesões corporais (art. 168, <i>caput</i> , CPP)	237
12.4. Oitiva do ofendido (arts. 6º, IV, 201, <i>caput</i> , 217, <i>caput</i> , 400-A e 474-A CPP)	237
12.5. Comunicação dos atos processuais (art. 201, §§ 2º e 3º, CPP)	242
12.6. Espaço separado nas audiências (art. 201, § 4º, CPP)	243
12.7. Equipe multidisciplinar (art. 201, § 5º, CPP)	244
12.8. Preservação da intimidade, vida privada, honra e imagem – segredo de justiça (art. 201, § 6º, CPP)	244
13. ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO (ARTS. 268 A 273 CPP)	245
13.1. Noções gerais	245
13.2. Objetivo da atuação do assistente de acusação	246
13.3. Momento de atuação	246
13.4. Legitimados	247
13.5. Habilitação	249
13.6. Poderes	250
14. LEGITIMIDADE PARA REQUERER MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO E PRISÃO PREVENTIVA e PRERROGATIVA DE EFETUAR PRISÃO EM FLAGRANTE (ARTS. 282, § 2º, 301 C/C 302, III, E 311 CPP)	253
15. PRISÃO PREVENTIVA PARA GARANTIR A EXECUÇÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA SE O CRIME ENVOLVER VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR (ART. 313, III, CPP)	254
16. MEDIDA CAUTELAR DIVERSA DA PRISÃO DE PROIBIÇÃO DE MANTER CONTATO COM PESSOA DETERMINADA (ART. 319, III, CPP)	257

17. MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA (ARTS. 350-A E 350-B CPP)	258
17. VALOR MÍNIMO PARA REPARAÇÃO DOS DANOS FIXADO EM SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA (ART. 387, IV, CPP).....	272
18. PRIORIDADE DE TRAMITAÇÃO PARA PROCESSOS ENVOLVENDO CRIMES HEDION- DOS OU VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER (ART. 394-A CPP)	285
19. VEDAÇÃO ÀS TESES DA LEGÍTIMA DEFESA DA HONRA E DA CLEMÊNCIA NO TRI- BUNAL DO JÚRI (ART. 483, III, CPP).....	286
20. APELAÇÃO SUPLETIVA OU SUBSIDIÁRIA (ART. 598 CPP)	289
21. QUADRO SINÓTICO.....	290

CAPÍTULO IX – INSTRUMENTOS DE TUTELA AOS DIREITOS DAS VÍTIMAS NA LEI

Nº 9.099/95.....291

1. TUTELA AOS DIREITOS DAS VÍTIMAS NA LEI Nº 9.099/95 POR MEIO DE ACORDOS.	291
2. COMPOSIÇÃO CIVIL DOS DANOS (ART. 74 DA LEI Nº 9.099/95)	292
3. TRANSAÇÃO PENAL (ART. 76 DA LEI Nº 9.099/95)	293
4. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO (ART. 89 DA LEI Nº 9.099/95).....	297
5. QUADRO SINÓTICO.....	300

CAPÍTULO X – INSTRUMENTOS DE TUTELA AOS DIREITOS DAS VÍTIMAS NA LEI Nº

13.431/17 (ESCUTA PROTEGIDA).....301

1. ESCUTA PROTEGIDA (GÊNERO): ESCUTA ESPECIALIZADA E DEPOIMENTO ESPECIAL.	301
2. ESCUTA ESPECIALIZADA	302
3. DEPOIMENTO ESPECIAL	303
4. QUADRO SINÓTICO.....	310

CAPÍTULO XI – INSTRUMENTOS DE TUTELA AOS DIREITOS DAS VÍTIMAS NA LEI

Nº 9.807/99 (PROVITA).....315

1. BREVES NOÇÕES SOBRE O PROGRAMA DE PROTEÇÃO A VÍTIMAS E TESTEMUNHAS AMEAÇADAS	315
2. INSTRUMENTOS DE TUTELA AOS DIREITOS DAS VÍTIMAS NA LEI Nº 9.807/99 (ARTS. 7º A 9º e 19-A)	317
2.1. Medidas de proteção (art. 7º)	318
2.2. Medidas cautelares (art. 8º).....	319
2.3. Alteração do nome (art. 9º).....	319
2.4. Prioridade de tramitação (art. 19-A).....	320
3. QUADRO SINÓTICO.....	321

CAPÍTULO XII – INSTRUMENTOS DE TUTELA AOS DIREITOS DAS VÍTIMAS NA LEI Nº 11.340/06 (LEI MARIA DA PENHA)..... 323

1.	REQUISITOS PARA A INCIDÊNCIA DA LEI MARIA DA PENHA	323
1.1.	Sujeito passivo mulher.....	324
1.2.	Violência física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral	327
1.3.	Âmbito da unidade doméstica, da família ou em qualquer relação íntima de afeto	328
2.	INSTRUMENTOS DE TUTELA AOS DIREITOS DAS VÍTIMAS NA LEI MARIA DA PENHA	329
2.1.	Medidas integradas de prevenção (art. 8º).....	329
2.2.	Assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar (art. 9º).....	331
2.3.	Atendimento pela autoridade policial (arts. 10 a 12-C).....	332
2.4.	Retratação da representação nos crimes praticados no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher (art. 16).....	336
2.5.	Vedação à aplicação de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária e de substituição de pena privativa de liberdade que implique o pagamento isolado de multa (art. 17).....	338
2.6.	Sigilo do nome da ofendida (art. 17-A).....	339
2.7.	Medidas protetivas de urgência (arts. 18 a 24).....	339
2.7.1.	Noções gerais (arts. 18 a 21).....	339
2.7.2.	Medidas protetivas de urgência que obriguem o agressor (art. 22).....	347
2.7.3.	Medidas protetivas de urgência à ofendida (arts. 23 e 24).....	351
2.8.	Crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência (art. 24-A)	352
2.9.	Assistência judiciária (arts. 27 e 28).....	354
2.10.	Equipe de atendimento multidisciplinar (arts. 29 a 32).....	354
2.11.	Tutela Coletiva (art. 37).....	355
2.12.	Impossibilidade da aplicação da Lei nº 9.099/95 (art. 41).....	355
3.	INSTRUMENTOS DE TUTELA AOS DIREITOS DAS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR ENCONTRADOS FORA DA LEI MARIA DA PENHA	356
3.1.	Programa Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica (Lei nº 14.188/21)	357
3.2.	Outras previsões legais que tutelam a mulher vítima de violência doméstica e familiar	357
3.3.	Impossibilidade de aplicação do princípio da insignificância (Súmula nº 589 STJ)	359
4.	QUADRO SINÓTICO.....	359

CAPÍTULO XIII – INSTRUMENTOS DE TUTELA AOS DIREITOS DAS VÍTIMAS NA LEI Nº 14.344/22 (LEI HENRY BOREL) 361

1.	SISTEMÁTICA DA LEI MARIA DA PENHA REPLICADA NA LEI HENRY BOREL E MICROSSISTEMA DE COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR	361
2.	INSTRUMENTOS DE TUTELA AOS DIREITOS DAS VÍTIMAS NA LEI HENRY BOREL	367
2.1.	Assistência à criança e ao adolescente em situação de violência doméstica e familiar (arts. 6º a 10).....	367
2.2.	Atendimento pela autoridade policial (arts. 11 a 14).....	368

2.3.	Medidas protetivas de urgência (arts. 15 a 21).....	369
2.3.1.	Noções gerais (arts. 15 a 19).....	369
2.3.2.	Medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor (art. 20).....	371
2.3.3.	Medidas protetivas de urgência à vítima (art. 21)	372
2.4.	Crimes de descumprimento de medidas protetivas de urgência (art. 25) e de omissão de comunicação (art. 26).....	372
3.	REGRAMENTO ESPECÍFICO DA LEI HENRY BOREL.....	373
3.1.	Ação penal nos crimes previstos no ECA (arts. 226, § 1º, com a redação dada pela Lei Henry Borel, e 227 do ECA).....	374
3.2.	Impossibilidade de decreto da prisão preventiva de ofício pelo juiz (art. 17, <i>caput</i> , da Lei Henry Borel).....	376
3.3.	Requisição da autoridade policial e requerimento do Conselho Tutelar ao MP para propor ação cautelar de antecipação de produção de prova (art. 21, § 1º, da Lei Henry Borel).....	377
4.	QUADRO SINÓTICO.....	378

CAPÍTULO XIV – INSTRUMENTOS DE TUTELA AOS DIREITOS DAS VÍTIMAS NA LEI Nº 10.741/03 (ESTATUTO DA PESSOA IDOSA) 381

1.	TRATAMENTO LEGAL DA PESSOA IDOSA E SEUS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	381
2.	INSTRUMENTOS DE TUTELA AOS DIREITOS DAS VÍTIMAS NO ESTATUTO DA PESSOA IDOSA.....	383
2.1.	Medidas específicas de proteção (arts. 43 a 45).....	384
2.2.	Acesso à Justiça (arts. 69 a 71).....	385
2.3.	Tutela coletiva (arts. 78 a 93)	385
2.4.	Vedação de incidência da Lei nº 9.099/95 (art. 94).....	386
2.5.	Ação penal pública incondicionada (art. 95).....	387
2.6.	Tipificação de crimes (arts. 96 a 109)	388
3.	QUADRO SINÓTICO.....	389

CAPÍTULO XV – INSTRUMENTOS DE TUTELA AOS DIREITOS DAS VÍTIMAS NA LEI Nº 13.146/15 (ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA) 391

1.	TRATAMENTO LEGAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E SEUS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	391
2.	INSTRUMENTOS DE TUTELA AOS DIREITOS DAS VÍTIMAS NO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	393
2.1.	Atendimento prioritário (art. 9º)	393
2.2.	Acesso à justiça (arts. 79 a 83)	394
2.3.	Tipificação de crimes (arts. 88 a 91).....	394
3.	QUADRO SINÓTICO.....	395

CAPÍTULO XVI – INSTRUMENTOS DE TUTELA AOS DIREITOS DAS VÍTIMAS NA LEI Nº 7.716/89 (RACISMO) 399

1. TRATAMENTO LEGAL DO RACISMO..... 399
2. INSTRUMENTOS DE TUTELA AOS DIREITOS DAS VÍTIMAS NA LEI Nº 7.716/89..... 401
 - 2.1. Tipificação de crimes (arts. 2º-A a 20-C)..... 401
 - 2.2. Assistência judiciária (art. 20-D) 404
3. QUADRO SINÓTICO..... 404

CAPÍTULO XVII – INSTRUMENTOS DE TUTELA AOS DIREITOS DAS VÍTIMAS DE LGBTQIA+FOBIA (EXTENSÃO DA TUTELA DAS LEIS Nºs 7.716/89 E 11.340/06) 407

1. TRATAMENTO LEGAL DA LGBTQIA+FOBIA A PARTIR DA ADO Nº 26 E DO MI Nº 4733..... 407
2. INSTRUMENTOS DE TUTELA AOS DIREITOS DAS VÍTIMAS de LGBTQIA+FOBIA NA LEI Nº 7.716/89..... 409
3. INSTRUMENTOS DE TUTELA AOS DIREITOS DAS VÍTIMAS de LGBTQIA+FOBIA NA LEI Nº 11.340/06 (LEI MARIA DA PENHA)..... 410
4. QUADRO SINÓTICO..... 411

CAPÍTULO XVIII – INSTRUMENTOS DE TUTELA AOS DIREITOS DAS VÍTIMAS NA LEI Nº 8.078/90 (CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR)..... 413

1. TRATAMENTO LEGAL DO CONSUMIDOR E SEUS DIREITOS FUNDAMENTAIS..... 413
2. INSTRUMENTOS DE TUTELA AOS DIREITOS DAS VÍTIMAS NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR..... 414
 - 2.1. Tipificação de crimes (arts. 61 a 74) e regras sobre institutos penais e processuais penais (arts. 75 a 79) 414
 - 2.2. Assistente de acusação e ação penal privada subsidiária da pública (art. 80)..... 414
 - 2.3. Tutela coletiva (arts. 81 a 104)..... 415
3. QUADRO SINÓTICO..... 416

CAPÍTULO XIX – INSTRUMENTOS DE TUTELA AOS DIREITOS DA VÍTIMA NA LEI Nº 9.605/98 (LEI DOS CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE)..... 419

1. O MEIO AMBIENTE COMO DIREITO FUNDAMENTAL DIFUSO (ART. 225, CAPUT, CF) E VÍTIMA COLETIVA (ART. 3º, IV, RESOLUÇÃO Nº 243/2021 CNMP). TRATAMENTO LEGAL..... 419
2. INSTRUMENTOS DE TUTELA PENAL AO MEIO AMBIENTE NA LEI Nº 9.605/98..... 421
 - 2.1. Prestação pecuniária (art. 12)..... 421
 - 2.2. Reparação dos danos ambientais (arts. 17, 19 e 20) 422
 - 2.3. Ação e processo penal (arts. 26 a 28)..... 423
 - 2.4. Tipificação de crimes (arts. 29 a 69-A) 425

3. TUTELA PENAL DAS VÍTIMAS DE DESASTRES AMBIENTAIS.....	425
4. QUADRO SINÓTICO.....	428

PARTE III

ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO, DO PODER JUDICIÁRIO E DA DEFENSORIA PÚBLICA NA TUTELA AOS DIREITOS DAS VÍTIMAS

CAPÍTULO XX – ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA TUTELA DOS DIREITOS DAS VÍTIMAS	433
---	------------

1. O MINISTÉRIO PÚBLICO COMO INSTITUIÇÃO DE GARANTIA NO CONTEXTO DO GARANTISMO PENAL INTEGRAL E DO PROCESSO PENAL COLETIVO.....	433
2. CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE PELO MINISTÉRIO PÚBLICO	435
3. A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA TUTELA PENAL DOS DIREITOS DAS VÍTIMAS (RESOLUÇÃO Nº 243/2021 DO CNMP).....	441
4. QUADRO SINÓTICO.....	451

CAPÍTULO XXI – ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO NA TUTELA DOS DIREITOS DAS VÍTIMAS.....	453
---	------------

1. ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO NA TUTELA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS (CLÁUSULA DE RESERVA DE JURISDIÇÃO).....	453
2. ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO NA TUTELA DOS DIREITOS DAS VÍTIMAS (RESOLUÇÃO Nº 253/2018 DO CNJ).....	455
3. QUADRO SINÓTICO.....	459

CAPÍTULO XXII – ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA NA TUTELA DOS DIREITOS DAS VÍTIMAS	461
---	------------

1. ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA NA TUTELA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS VÍTIMAS.....	461
2. ASSISTÊNCIA QUALIFICADA da VÍTIMA (ARTS. 27 E 28 DA LEI MARIA DA PENHA).....	463
3. NÚCLEO ESPECIALIZADO NA DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA (NUDEM).....	466
4. QUADRO SINÓTICO.....	467

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	469
--	------------